

Lorraine Lopes Souza

GÊNERO, PERIFERIA E IDENTIDADE
COLETIVO “NÓS, MULHERES DA PERIFERIA”

CELACC/ ECA - USP

2014

Lorraine Lopes Souza

GÊNERO, PERIFERIA E IDENTIDADE
COLETIVO “NÓS, MULHERES DA PERIFERIA”

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Comunicação e Cultura, sob orientação do professor Silas Nogueira.

CELACC/ ECA-USP

2014

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas de turma que compartilharam ideias e me incentivaram a continuar a pesquisa.

Ao meu orientador Silas Nogueira pelo suporte, correções e sabedoria compartilhada.

A Universidade de São Paulo e ao Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação e que proporcionou a minha formação acadêmica.

Aos meus companheiros de vida que me motivam a crer e a seguir meus ideais.

E, finalmente, agradeço a todas as mulheres e, em especial, as moradoras das periferias que, como eu, enfrentam as barreiras sociais, culturais e econômicas e, mesmo assim, não desistem de lutar por melhores condições de existência.

GÊNERO, PERIFERIA E IDENTIDADE
COLETIVO “NÓS, MULHERES DA PERIFERIA”

Lorraine Lopes Souza¹

RESUMO

A análise das relações de gênero, identidade e movimentos sociais são apresentadas neste artigo sob a perspectiva do Coletivo “Nós, mulheres da periferia”. Tal análise perpassa os aspectos da vida cotidiana de mulheres invisibilizadas em amplos e diversos sentidos. O Coletivo “Nós, mulheres da periferia” busca, por meio de publicação de textos, disseminar a cultura da periferia e lançar o olhar ao processo de exclusão e falta de representatividade das mulheres moradoras de regiões periféricas.

Palavras-chave: Gênero. Periferia. Identidade.

RESUMEN

El análisis de las relaciones de género, la identidad y los movimientos sociales se presentan en este artículo desde la perspectiva del grupo Nós, mulheres da periferia. Tal análisis impregna aspectos de la vida cotidiana de las mujeres invisibilizadas. El grupo Nós, mulheres da periferia busca, a través de la publicación de los textos, para difundir la cultura de la periferia y ofrecer una mirada al proceso de la exclusión y la falta de representación de las mujeres en la periferia.

Palabras clave: Género. Periferia. Identidad.

ABSTRACT

The analysis of gender relations, identity and social movements are presented in this article from the perspective of a group Nós, mulheres da periferia. Such analysis permeates aspects of daily life of women in invisibilized large and diverse meanings. The Collective Nós, mulheres da periferia, through publication of texts, to disseminate the culture of the periphery and looking to launch the process of exclusion and lack of representation of women in the periphery.

Keywords: Gender. Periphery. Identity.

¹ Lorraine Lopes Souza é Bacharela em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) e realizou intercâmbio no curso de graduação em Turismo na Facultad de Ciencias Económicas (FCE) da Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. Sua linha de pesquisa permeia o estudo de culturas, lazer, trabalho, gênero e politização.

SUMÁRIO

As relações entre gêneros.....	6
Sujeitos e movimentos sociais	10
Nós, mulheres da periferia, em movimento	13
Considerações finais	15
Referências	16
Anexo	17

As relações entre gêneros

Historicamente, as mulheres enfrentam dificuldades para serem consideradas capazes de desenvolver tarefas, diferentes daquelas estabelecidas pela sociedade e, devido a isso, se restringem às profissões que reforçam o papel construído ao longo da história, como responsável pela educação dos filhos e afazeres domésticos.

Na sociedade contemporânea, as questões de gênero apresentam muitos avanços relacionados à equidade nos campos do trabalho e relações entre gêneros. Porém, permanecem as dicotomias,

Os limites entre o público e privado foram explicitados com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos. A representação do lar, da família, em termos naturais, e da esfera pública, ao contrário, como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como locus da realização das potencialidades femininas (MATOS, 2000, p. 20).

Na trajetória das mulheres negras essa situação é acentuada. A restrição aos espaços subalternos na relação de trabalho é uma herança histórica escravocrata, que restringe, até a atualidade, a atuação da mulher negra à inserção em outras áreas, diferentes das estabelecidas historicamente e socialmente. Como aponta Lipovetsky, a mulher que se apropriava do espaço público era vista como impura e associada à devassidão sexual:

(...) a extensão das atividades femininas fora do lar foi acompanhada por uma florescência de discursos que denunciavam os seus malefícios. São conhecidas as fórmulas célebres de Michelet, << “a operária”, a palavra ímpia>> e de Jules Simon:<< A mulher que se tornou operária já não é uma mulher.>> O trabalho das mulheres nas fábricas está associado à devassidão sexual e à degenerescência da família, é considerado degradante e contrário à vocação natural da mulher (LIPOVETSKY, 1997, p. 201).

Em pleno século XXI, as mulheres continuam trabalhando em funções semelhantes às mártires dos séculos passados, em situações bastante precárias. As mulheres negras enfrentam imensas barreiras em diversos aspectos e não conseguem ascender a outras posições sociais, pois “(...) as diferenças de sexo somam-se as diferenças sociais, étnicas, devem ser identificadas e analisadas para estudar como o trabalho pode repercutir diferentemente em um e outro grupo humano” (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

Dentre os demais campos que abarcam a discussão de questões relativas à vida cotidiana destaca-se a longa jornada de trabalho, que atua como protagonista no processo de

redução ou inviabilização do usufruto do tempo de lazer. Após a jornada de trabalho as mulheres têm ainda que deter-se às tarefas domésticas, as quais, muitas vezes não são reconhecidas e respeitadas como trabalho, resultando em uma dupla perda: da auto-estima feminina e da disponibilidade de tempo para empregar em outras atividades que melhor lhes convir.

O cotidiano das mulheres revela as pressões sociais as quais são expostas e, não raro, representa a hierarquização dos aspectos da vida que o compõe, em estruturas que correspondem as diversas formas de organização intrínseca de um grupo, por meio de códigos econômicos, sociais e culturais. Agnes Heller, intelectual integrante da Escola de Budapeste, definiu a vida cotidiana em dimensões heterogêneas e, sobretudo, hierárquicas.

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou a importância de nossos tipos e atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais (HELLER, 2008, p. 32).

As questões da autonomia feminina em contraposição aos diferentes papéis exercidos pela mulher em sociedade podem culminar na supressão da sua identidade e individualidade.

Instituiu-se um novo ciclo histórico nas sociedades democráticas: o da mulher trabalhadora assalariada. Este fenômeno veio abalar não apenas o mundo do emprego, mas também relação das com os estudos, as relações entre sexos o poder no seio do casal; paralelamente controlo da fecundidade, a actividade feminina exprime a promoção histórica da mulher que se governa a si mesma e uma nova posição identitária do feminino (LIPOVETSKY, 1997, p. 200).

Os aspectos supracitados integram um conjunto inibidor que dificultam que mulheres, especialmente da população negra, tenham visibilidade e alcancem outras esferas sociais, como no âmbito do trabalho. Porém, as ações afirmativas apontam em sentido ao enfretamento do *status quo*. As iniciativas de resistência têm sido constantes e, em alguns casos, são reconhecidas por políticas de governos e refletem em garantias de alguns direitos que antes eram ignorados.

Na obra *O Poder do Macho*, Saffioti apontou que,

(...) historicamente, o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração. Posteriormente, aparece o racismo quando certos povos se lançam na conquista de outros, menos preparados para a guerra. (...) Dessa sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que inventou o “patriarcado” e o “racismo”. (...) Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração (...). Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão desses fenômenos, podem-se

separar esses três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através desse processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (p. 60).

A compreensão dos aspectos culturais que envolvem a dominação do patriarcado-racismo-capitalismo perpassa a definição de gênero, que vai além da diferenciação dos sexos, pois consideramos que “(...) gênero é a produção social e a construção cultural do sexo biológico, como representação da imagem do poder relacional do homem e da mulher na sociedade” (OLIVEIRA, 1999, p.70).

Os seres humanos são criadores de cultura e de processos de socialização, produzindo aspectos advindos da interação cultural, que podem indicar as formas de interpretação das condições masculinas e femininas. “Enquanto as diferenças sexuais são físicas, as diferenças de gênero são socialmente construídas. Conceitos de gênero são interpretações culturais das diferenças de gênero” (OAKLEY, 1972 *apud* STREY, 1998, p. 183). Tais diferenças entre os gêneros são claramente construídas socialmente que, ao longo de determinado tempo, as características aceitas para a conduta do feminino e do masculino se alteram conforme as relações sociais estabelecidas em cada época e localidade.

A hierarquia de gênero descreve uma situação na qual o poder e o controle social sobre o trabalho, os recursos e os produtos, são associados à masculinidade” (GAILEY, 1987 *apud* STREY, 1998, p. 185).

O filósofo francês, Gilles Lipovetski, em sua obra *A Terceira Mulher*, explicita que tal associação do poder ao homem pode ser evidenciada com a atribuição desta característica de poder à origem divina e/ou religiosa, costumes e qualidades de ordem natural. Deste modo, é amplamente difundido que o homem tem uma tendência a ser naturalmente mais agressivo, enquanto a mulher assume uma postura mais conciliadora e passiva, própria do ser que procria. A subordinação de gênero pode ser explicitada quando, no caso feminino, a mulher não tem o poder de agir em relação às instituições que a regem, como por exemplo, políticas que interferem na vida das mulheres, como direito reprodutivo, laboral, etc. Lipovetsky aborda a subordinação da mulher em relação ao homem desde os primórdios, em que o homem assumia o papel de caçador, enquanto a mulher cuidava da cria, como um princípio da divisão sexual do trabalho. Mas, as críticas lançadas a essa teoria de subordinação atacam, principalmente, a predominância da visão masculina, que estabelece a prática cultural baseada na caça. Há indícios de que os habitantes do Planeta Terra há mais de 2 milhões de anos, comiam os restos de carne deixados por outros carnívoros e não partiam, de fato, para o embate com animais e na dieta destes indivíduos também havia vegetais, mais acessíveis a qualquer indivíduo. Outro ponto criticado é a nuclearidade da família no período

pré-histórico, pois não é possível afirmar que a relação dos indivíduos machos se estabelecia por meio de vínculos familiares, em que distinguiam suas mulheres, mães, filhos e filhas e que após a caça os homens voltariam para o mesmo núcleo familiar.

A hierarquização de gênero surge com a formação das classes e do Estado, definida com as características do patriarcado que, poderia ser descrita como o patriarcado-racismo-capitalismo, termo cunhado por Saffioti, quando o homem de etnia valorizada controla as relações de poder.

Nas sociedades pré-modernas, as atividades do lar faziam parte do cotidiano feminino. Mas, de maneira geral, as mulheres postergavam a manutenção do lar e da família e se concentravam nas atividades do campo e na alimentação dos animais. Os modos de habitar os lares populares exigiam poucas horas de dedicação a casa e à família.

Nas sociedades pré-industriais todos os membros de uma família exerciam tarefas produtivas, que variavam de acordo com a idade e o sexo, na cidade e no campo as tarefas eram compartilhadas, a mulher cuidava do gado e dos pomares, vendia a produção, semeava, colhia, assim como preparava os produtos para os artesãos e contabilizava as vendas, só para citar alguns exemplos. Neste período, o casamento funciona como uma associação e era esperado que a mulher contribuísse com a economia da família. Em um folhetim para adolescentes do século XVII, a participação da mulher na economia da família era evidenciada: “Apenas um imbecil tomará por esposa uma mulher cujo pão ele tem de ganhar sem que ela contribua para isso” (BLUNDEN, 1982 *apud* LIPOVETSKY, 1997, p. 201).

No século XIX, durante o processo de industrialização, as mulheres começaram a fazer parte do trabalho assalariado. Em 1851, na Inglaterra, 40% das mulheres que trabalhavam atuavam como domésticas. Na França, em 1906, 36% das mulheres eram trabalhadoras do domicílio, 17% atuavam como domésticas, 25% eram operárias e 8% trabalhavam em escritórios (LIPOVETSKY, 1997). O trabalho da mulher costumava ser temporário, durava até que a maternidade a impedisse de trabalhar e se o número de filhos aumentasse. A mulher solteira da classe operária não era mal vista trabalhando para ajudar a família, diferente de uma mulher casada que, por vezes, era tida como desonrosa e de menor valor, pois o trabalho não poderia prejudicar a função de mãe e esposa.

A construção social do espaço público e o privado nas relações de poder e submissão somente reforçou a contradição entre feminilidade e trabalho, da maternidade e trabalho assalariado. Segundo Lipovetsky (1997), na história moderna, a invenção social do lugar da mulher no lar teve início no século XIX, muitas vezes, difundida por meio dos

romances da época, das pinturas e dos folhetins sobre constituição da família. Embora fosse um modelo burguês de constituição da família, logo se disseminou como um ideal para as demais camadas da população. Em congressos de operários, ocorridos no início do século XX, os militantes operários defendiam que “o lugar actual das mulheres não é a oficina ou na fábrica, mas sim em casa, no interior da família” (PERROT, 1976 *apud* LIPOVETSKY, 1997, p. 204).

Na década de 1920, algumas feministas começam a reivindicar os direitos a independência econômica. Mas a questão das mulheres restritas ao lar quase não era discutida no período entre as duas guerras mundiais. As novas invenções de bens de consumo doméstico, que prometiam facilitar a vida das donas de casa, os novos cosméticos, que prometiam revolucionar e manter a beleza para o bem das mulheres e da família, o auge do consumo e dos produtos destinados à classe média estadunidense revolucionaram o modo de vida das famílias que, de certa forma, referencia ao que Veblen apontou na obra da Teoria da Classe Ociosa, o consumo conspícuo. Na década de 1960, um novo ciclo se inicia com o livro de Betty Friedan, *A Mulher Mistificada*, que se torna um marco na sociedade estadunidense, com a deflagração da vida cotidiana das donas de casa dos subúrbios, suas vidas vazias de significação e identidade (LIPOVETSKY, 1997). Nas décadas subsequentes as mulheres foram se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho, para além de um simples reforço no orçamento familiar, mas sim para firmar uma identidade de sujeito. “A nova cultura, centrada no prazer e no sexo, no lazer e na livre escolha individual, desvalorizou um modelo de vida feminino mais voltado para a família do que para si e por si” (LIPOVETSKY, 1997, p. 223).

Sujeitos e movimentos sociais

Os movimentos sociais são formados por sujeitos, seres desejosos de reivindicações e demandas que penetram no âmbito coletivo quando atingem a subjetividade do sujeito. Para Alain Touraine, em sua obra “Crítica da Modernidade”, “o Sujeito só existe como movimento social, como contestação da lógica da ordem, tome esta uma forma utilitarista ou seja simplesmente a busca da integração social.”

A discussão apresentada por Touraine indica um novo processo de organização social, denominado Sociedade Programada, como o autor explica:

Eu chamo de sociedade programada – expressão mais precisa que a de sociedade pós-industrial, que só é definida por aquilo a que ela sucede – aquela em que a produção e a difusão maciça de bens culturais ocupam o lugar central que fora o dos bens materiais na sociedade industrial (TOURAINÉ, 2012, p. 258).

Neste novo contexto da sociedade programada, destacamos a explicação da nomenclatura, que faz referência ao poder atuante dos aspectos comportamentais e culturais dos sujeitos. Os antigos modelos de controle social passam a adotar mecanismos de gestão dos sujeitos. Segue um trecho que o autor exemplifica esta definição.

Invertendo a fórmula antiga, podemos dizer que a passagem da sociedade industrial para a sociedade programada é a da administração das coisas para o governo dos homens, o que exprime muito bem a expressão lançada pelos filósofos de Frankfurt de ‘indústrias culturais’ (TOURAINÉ, 2012, p. 259).

Na sociedade programada, o sujeito necessita se afirmar como tal negando as imposições do sistema dominante, que transforma as questões inerentes ao ser humano em processos mercantis. Neste sentido, Touraine afirma:

O principal interesse deste debate é o de lembrar que a ideia de sujeito é inseparável da ideia de relações sociais. Na sociedade programada o indivíduo, reduzido a não ser nada mais que um consumidor, um recurso humano, um alvo, opõe-se à lógica dominante do sistema afirmando-se como sujeito, contra o mundo das coisas e contra a objetivação de duas necessidades em demandas mercantis. Eis por que a ideia de sujeito não pode ser separada de uma análise da sociedade atual, não como pós-moderna mas como pós-industrial ou programada (TOURAINÉ, 2012, p. 265).

Na terceira parte da obra *Crítica da Modernidade*, chamada *Nascimento do Sujeito*, Alain Touraine discorre sobre as Mulheres Sujeitos e refere-se à sua centralidade nos movimentos culturais, como o próprio autor denomina a sociedade programada, e destaca o movimento das mulheres classificando-o como

(...) O mais importante, em nome da modernidade, reivindicou o reconhecimento do desejo das mulheres e também de sua identidade biocultural, desafio duplo lançado a uma sociedade de inovações tecnológico-econômicas (TOURAINÉ, 2012, p. 235).

Stuart Hall, pesquisador dos Estudos Culturais e autor da obra *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, defende que,

(...) para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (HALL, 2006, p. 9).

O trecho supracitado elucida o contexto de alterações sociais estruturais que, na contemporaneidade, têm transformado as identidades individuais e de grupos sociais. Tais alterações são denominadas descentralização ou deslocamento, conforme segue excerto:

Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento—descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos — constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. Como observa o crítico cultural Kobena Mercer, "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza (MERCER, 1990, p. 43 *apud* HALL, 2006, p. 9).

Neste sentido, mais um autor contribui para o debate sobre a identidade e movimentos, sob uma perspectiva do contexto global. Zygmunt Bauman, em *Modernidade Líquida*, aborda em profundidade diversas facetas das relações humanas em meio a intensos processos permeados de alta tecnologia.

Os tempos modernos encontraram os sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração; e um dos motivos mais fortes por trás da urgência em derretê-los era o desejo de, por sua vez, descobrir ou inventar sólidos de solidez duradoura, solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável. Os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas (BAUMAN, 2001, p. 10).

A definição de Movimentos Sociais, proposta por Maria da Glória Gohn, compreende um universo de expressões coletivas, que refletem questões concretas das demandas sociais e, também, perpassa as necessidades individuais dentro do coletivo.

Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2008 *apud* GOHN, 2010, p. 335).

Gohn, em seu texto chamado *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*, apresenta as bases dos movimentos.

Definições clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade (GOHN, 2010, p. 336).

Os movimentos sociais atendem as identidades de um grupo de sujeitos, que constroem propostas coletivas, a partir de diagnósticos das realidades. Um aspecto importante para a permanência e consolidação de um movimento é a atuação em redes para a promoção de ações coletivas em resistência à exclusão.

Neste início do século 21, os movimentos transnacionais foram se tornando cada vez mais frequentes e crescentes, assim, como o fortalecimento de organizações não-governamentais e terceiro setor em ações em prol de demandas sociais.

Na atualidade, o movimento feminista se ramificou em grupos, que apresentam pautas diversas de reivindicações, tamanha é a heterogeneidade dentro do universo feminino. O desdobramento das questões de gênero no movimento feminista apresenta aspectos como a liberdade sexual, de expressão, direitos reprodutivos, trabalho, igualdade e etc, além das questões de populações específicas, como por exemplo, a população imigrante e negra. Na periferia, o movimento feminista é intrinsecamente associado ao movimento negro e de reivindicação de direitos fundamentais, como o movimento de moradias populares.

Neste sentido, o coletivo chamado “Nós, mulheres da periferia”, grupo analisado sob a ótica de movimento feminista urbano contemporâneo, apresenta um grupo que utiliza ferramentas da modernidade, como por exemplo, a internet e as mídias sociais, para mobilizar as ações e manifestações em prol do fortalecimento da identidade da mulher moradora de áreas periféricas e do feminismo da periferia.

Nós, mulheres da periferia, em movimento

A população que vive no contexto da periferia de grandes centros urbanos é acometida por uma infinidade de fatores históricos, sociais e econômicos, que intensificam as experiências e formas de exclusão. A distância física dos centros das cidades, o baixo ou inexistente acesso a equipamentos e serviços públicos, a violência policial, os preconceitos e misérias de todas as espécies podem representar uma das facetas das periferias. Mas, para além das privações e exclusões, as periferias acolhem a população desejosa por transformação do *status quo*. Neste contexto que o coletivo “*Nós, mulheres da periferia*” surgiu em março de 2012, quando quatro jovens mulheres estudantes de jornalismo e moradoras de áreas periféricas se juntaram e publicaram um texto na seção Tendências/ Debates, do Jornal Folha de São Paulo.

O texto tratava da invisibilidade de questões do cotidiano de mulheres moradoras das regiões periféricas: extensas jornadas de trabalho, dificuldades de acesso a diversos serviços públicos e, principalmente, resistência ao processo exclusão que sofrem, em variados níveis e intensidades.

Desde a primeira publicação em grande mídia, o coletivo passou a agregar contribuições de mulheres escritoras e, atualmente, o grupo é gerido por nove jovens jornalistas moradores de periferia que, em junho de 2014, lançaram um *site* na internet com o endereço <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/>. Nesta página é possível ter acesso aos textos das colaboradoras, que abordam temas como moradia e trabalho precarizados, acesso aos programas sociais e crônicas do cotidiano periférico.

O coletivo “*Nós, mulheres da periferia*”

(...) propõe reduzir esse espaço vazio existente na imprensa e a falta de representatividade, buscando mais protagonismo e visibilidade, com a nossa própria voz. Além de reconhecer e fazer parte desta luta, a proposta do coletivo é construir um espaço com informações que extrapolem a questão de gênero a atinja o campo social e étnico, onde a exclusão é muito maior (COLETIVO “NÓS, MULHERES DA PERIFERIA”, 2014).

“*Nós, mulheres da periferia*” busca reconhecer a identidade dessas mulheres invisibilizadas no cotidiano por meio da publicação de retratos das faces dessas mulheres, marcadas pela carga social que carregam. Todas as imagens exibem moradoras de periferias segurando uma placa com os seguintes dizeres: *#eu, mulher da periferia*. Este ato é, para além do supracitado, um ato afirmativo de identidade cultural e resistência.



Fotografia disponível no site do coletivo “*Nós, mulheres da periferia*”

É evidente que a questão da visibilidade/ invisibilidade feminina é pautada pelo grupo, que por meio do advento das novas mídias sociais, exibem o rosto e o seus

pensamentos por meio dos textos publicados. Assim, ecoando a voz de grande parte da população feminina marginalizada.

Considerações finais

Os movimentos sociais relacionados à reivindicações das questões de gênero, como o Movimento Feminista, estiveram por muito tempo atrelados a determinados estratos sociais favorecidos economicamente. É evidente que as lutas de feministas brancas e negras possuem pontos de intersecções, porém há necessidades diferentes, ligadas ao processo de exclusão histórica que vive a população negra. Um exemplo deste fato é o Movimento FEMEN, que utiliza a exposição de partes do corpo feminino, com mensagens escritas, como meio de manifestação contra o machismo. As mulheres do movimentos feminista negro brasileiro não se sentem representadas por esse tipo de ação, pois a exploração do corpo feminino negro não precisa romper com a imagem de mulher branca de classe média, com o estereótipo de “boa moça”. E sim o inverso, desmistificar o corpo feminino negro, da exposição exagerada que a mídia o impõe, como sendo um produto de consumo.

Na contemporaneidade os movimentos sociais têm ganhado novos formatos e ferramentas para disseminação de seus ideais. Vários autores conceituados discorrem sobre esse assunto e a obra de Alain Touraine, *Crítica da Modernidade*, elucida os meandros das novas identidades e movimentos sociais a partir da perspectiva do sujeito, ator social. No caso do coletivo brevemente apresentado, “Nós, Mulheres da Periferia”, a concretização do movimento das mulheres da periferia se deu por meio das ferramentas tecnológicas de comunicação, que atualmente, são acessíveis a grande parte da população economicamente ativa. E, principalmente, reverte a lógica de comunicação, amplamente utilizada pelas classes dominantes, passando a incorporar ao coletivo periférico o uso dessas ferramentas.

O coletivo, apesar da atuação incipiente, abarca a luta legítima de grande parte da população feminina que é invisibilizada. E, neste sentido, é de extrema importância o registro realizado pelo “Nós, Mulheres da Periferia”, por meio de textos ou fotografias que relatem as suas próprias histórias pois, com frequência, a documentação de fatos é feita por aqueles que analisam sob a ótica antropológica, alheia a ação.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. IN: *Revista Brasileira de Educação*, V. 16, N. 47, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Lisboa: Editora Gallimard, 1997.

MATOS, Maria Izilda. *Por uma história da mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. Disponível em <
<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/>> Acesso em 07 de julho de 2014.

_____. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/29772-nos-mulheres-da-periferia.shtml>. Acesso em 30 de julho de 2014.

OLIVEIRA, Eleonora. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo: Ed. Hucitec – CUT, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Posfácio: Conceituando gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth; VARGAS, Mônica (org). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 271-281.

STREY, Marlene. Gênero. In: STREY, Marlene, et al. *Psicologia social contemporânea*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 181.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.